



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FAE
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

FRACASSO ESCOLAR

IVANDILSON CARNEIRO DOS SANTOS

BELO HORIZONTE, 2010

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FAE
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

FRACASSO ESCOLAR

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Gestores, vinculada a Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

Orientação: Rita Cristina Lima Lages

BELO HORIZONTE, 2010

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FAE
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

FRACASSO ESCOLAR

IVANDILSON CANEIRO DOS SANTOS

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso apresentado e aprovado por Banca Examinadora em de janeiro de 2011 conferindo ao autor, o título de Especialista em Gestão Escolar.

Banca examinadora:

Professora Rita Cristina Lima Lages

(Orientadora)

Belo Horizonte, janeiro de 2010

Dedico aos meus filhos, Fernanda, Sarah, Esther, José Eduardo, Anye Karolinne, Marko Antonnyo, minha esposa Rosângela, exemplo de educadora, compreensão e carinho nestes momentos de trabalho e comprometimento. A professora orientadora, Rita Cristina, pelo auxílio no desenvolvimento do presente trabalho.

Agradeço a todos os funcionários da E.M. "Frei Ambrósio". Pessoas que, através do comprometimento e dedicação no trabalho tornam-se co-responsáveis pelo desenvolvimento de uma educação de qualidade.

SUMÁRIO

1 – Introdução.....	6
2 – Fracasso Escolar.....	8
3 – Aprendizagens x Fracasso Escolar.....	13
3.1 – Cultura e Educação – Diversidade.....	14
4 – Considerações finais.....	15
5 – Referências Bibliográficas.....	16

1. INTRODUÇÃO

No atual sistema educacional brasileiro, um dos problemas cruciais diz respeito ao fracasso escolar, gerando uma forte incidência de busca dos responsáveis pelo insucesso, partindo da percepção de um jogo onde ora culpamos a criança, ora a família, ora uma determinada classe social, ora todo um sistema econômico, político e social. Verdadeiramente, existe um culpado para a não-aprendizagem? Se a aprendizagem advém de um vínculo, sendo um processo que ocorre entre subjetividades, de forma alguma pode ser possível considerar como culpada uma única pessoa; e nos alicerçamos em Fernandez (1994),¹ quando assevera que culpa, ou seja, se considerar culpado, está no nível imaginário, colocando que o inverso da culpa é a responsabilidade. Para ser responsável por seus atos é necessário sair do lugar da culpa.

Cada vez mais, o êxito profissional, a competência a qualquer custo são buscados pela sociedade, fato este também seguido pela escola. Aqueles que não conseguem responder às reivindicações da instituição podem sofrer com um problema de aprendizagem. A busca infatigável e contígua pela perfeição leva à rotulação daqueles que não se encaixam nos parâmetros impostos.

A evasão escolar é um problema complexo e Nummerierung ändern se relaciona com outros importantes temas da pedagogia, como formas de avaliação, reprovação escolar, currículo e disciplinas escolares. Considerando os altos índices de evasão, fomos motivados a pesquisar as causas que levam a tal problema e sentimos a necessidade de saber o que a escola tem feito para reverter esse quadro.

¹ **FERNÁNDEZ, Alicia.** *A mulher escondida na professora: uma leitura psicopedagógica do ser mulher, da corporeidade e da aprendizagem.* Porto Alegre: Artes Médicas, 1994

Este é um dos maiores problemas enfrentados atualmente na educação. Muitos alunos que iniciam a vida escolar infelizmente não chegam a concluí-la. São várias as causas que contribuem para a formação desse quadro, como problemas sócio-econômicos, distância, cansaço, desestruturação familiar, necessidade de complementação de renda familiar entre outros.

Estas causas são concorrentes e não exclusivas, ou seja, a evasão escolar se verifica em razão da somatória de vários fatores e não necessariamente de um especificamente. O importante é diagnosticar, detectar o problema e buscar as possíveis soluções, com intuito de proporcionar o retorno efetivo do aluno à escola. Esses problemas estendem-se a todos os aspectos e níveis do processo educacional, desde as 1ª séries do ensino fundamental até o ensino superior.

No trabalho em pauta serão abordadas as causas inerentes a evasão e o fracasso escolar através de pesquisas bibliográficas em livros e artigos relacionados ao tema, com apoio de bibliotecas on-line com a indicação de seus autores.

2. O FRACASSO ESCOLAR

O fracasso escolar pode ser definido de maneiras muito diferentes, que basicamente podem ser transformadas em duas: atraso global ou parcial na aquisição da aprendizagem escolar. A discordância entre os resultados acadêmicos obtidos e o esperado pelo potencial do estudante, com a noção do fracasso pessoal. O fracasso escolar não é uma deficiência mental, mas um mau funcionamento no processo da incorporação à sociedade escolar. Este mau funcionamento força a rever o déficit possível de cada um dos elementos do jogo.

Segundo Dorneles (1999),² a causa do fracasso escolar não é única, nem é só referente ao professor, nem aos métodos de ensino, nem a escola e nem ao sistema. A má formação do professor tem grande importância neste contexto. Porém, esta questão não pode ser pensada de forma isolada, até porque já é hora de renovarmos os instrumentos de reflexão e principalmente, a reflexão sobre a ação no processo ensino-aprendizagem na escola.

Perrenoud (2000),³ profere que é a própria organização escolar do trabalho pedagógico que gera o fracasso escolar; isto significa que o aluno encontra na escola um ambiente bem diferente do que esperava, e, por este motivo, acaba sendo reprovado ou se evadindo.

A percepção do insucesso escolar alicerçado em uma pura e simples falta de condição do aluno em adquirir conhecimentos, nada mais é que se livrar das responsabilidades que estão afetas a toda a sociedade; é concordar que existem pessoas melhores, que a diferença é pretexto para disfarçar os insucessos. Não é cabível aceitar a escola como mais uma instituição a contribuir para exclusão social. O que podemos

² DORNELES, Beatriz Vargas. As várias faces do caleidoscópio: anotações sobre o fracasso escolar – Pátio Revista Pedagógica. Porto Alegre. Novembro. 1999.

³ PIRENOUD, Philippe.. Pedagogia diferenciada: das intenções a ação. Porto Alegre: Artmed. 2000

compreender é que a despeito dos esforços e pesquisas que tentam elencar subsídios que proporcionem uma prática pedagógica menos excludente, a escola infelizmente continua a agir de forma seletiva e classificatória, concedendo privilégios a alunos provenientes de classes sociais mais favorecidas.

Somacal (2000),⁴ ao abordar o assunto acima delineado, é extremamente enfático ao asseverar que existem problemas em nossas escolas que nos perseguem como um pesadelo. Não temos como ignorá-los, nem escapar deles. O fracasso escolar, sem dúvida, é um constante pesadelo, dirá alguém. Entretanto, é indiscutível: altas porcentagens de repetentes, reprovados, defasados. O pesadelo é bem mais extenso do que quantificamos. Conforme afirma Somacal (2000), as porcentagens podem reduzir, mas não deixamos de ser perseguidos. O fantasma do fracasso escolar está vivo, se constitui em interminável medo e obsessão pedagógica e social. Um pretexto, uma peneira que oculta realidades mais graves.

Não é possível uma medição concernente ao fracasso escolar pura e simplesmente por porcentagem de reprovados por série; imprescindível é analisar intensamente a caminhada do aluno, seu desenvolvimento, enquanto ser humano e cidadão. Olhar a aprendizagem como a capacidade de reproduzir conteúdos é abstrato diante da necessidade de formar cidadãos capazes de se adaptar às realidades diversas ou ajustar o fato às suas premissas. Nesse diapasão é primordial imputar a responsabilidade do fracasso escolar não apenas ao aluno, mas sim, a todo o sistema enredado.

O fracasso é creditado à escola quando esta não consegue visualizar o que é importante, necessário para seu aluno aprender. Ocorre um enorme empecilho, uma

⁴ SOMACAL, Cláudia. Caderno Temático da Constituinte Escolar, Secretaria de Estado da Educação, RS, Porto Alegre, 2000.

ampla indefinição entre professores: há quem defenda que os teores são importantes, que somente é possível ao aluno passar para a série seguinte se tiver dominado os conteúdos da etapa anterior, enquanto outros grupos valorizam outros aspectos, a partir da socialização, autonomia, limites, superações afetivas. Panorama este que origina situações contraditórias que terminam por expor as deficiências pedagógicas. (SOMACAL, 2000)

Não é tão somente sobre o aluno que recai a responsabilidade inerente ao fracasso escolar. Necessário se faz pensar em toda a questão pedagógica. Se aceitamos que somos seres humanos e como tal nos construímos dessemelhantes, se fazem imperiosas práticas pedagógicas que estimem e aproveitem toda a bagagem de conhecimentos construída pelo aluno durante sua trajetória extra-escolar. O fracasso escolar não recai sobre uma realidade social, ele nos oferece as distintas realidades sociais que precisam ser trabalhadas e valorizadas pela escola.

Segundo Charlot (2000),⁵

“... a questão do fracasso escolar remete para muitos debates. Sobre o aprendizado, de modo óbvio, mas ainda sobre a eficácia dos docentes, sobre o serviço público, sobre a igualdade das chances, sobre os recursos que o país deve investir em seu sistema educativo, sobre a crise, sobre os modos de vida e os trabalhos na sociedade de amanhã, sobre as formas de cidadania (CHARLOT, 2000, p. 14).

É inteiramente errôneo encarar o fracasso escolar como algo que vai se apossar de uma pessoa, sendo assim, uma forma inconveniente de enfrentar as situações de dificuldades de aprendizagem, visto que, são as circunstâncias escolares que criam as condições para termos o fracasso escolar. As diferenças existentes entre as histórias particulares de cada aluno, cada família, cada comunidade, é o que afiança todo o intercâmbio de conhecimentos. Ao procedermos a uma análise por este prisma, a

⁵ CHARLOT, Bernard. Da Relação com o Saber, Elementos para uma Teoria, Porto Alegre, Artmed, 2000

comunidade escolar atuará de uma forma que o aluno passa a ser um aliado, como alguém que está na instituição na qual tem seu espaço, ocupa e sabe o que esta fazendo neste lugar. Inúmeras vezes o aluno vai para a escola sem, contudo, se sentir na escola, não sabe o que faz ou o que fazer ali, se sente deslocado, impotente, incapaz diante do que lhe é sugerido. O olhar pedagógico, portanto não se volta, prioritariamente, para o espaço escolar, mas procura entender a dinâmica sócio-efetiva familiar e seu relacionamento com o não aprender da criança.

Portanto, conforme abordado, as bases intelectuais da criança não proporcionam prejuízos, a inteligência da criança se encontra apenas limitada, temporariamente, por fatores de natureza sócio-afetivas. O fruto destas considerações indica para dois campos, ou seja, a família e a escola, e como a individualidade da criança, com todas as suas implicações pedagógicas e psicológicas, com elas interatuam. O estudo dos aspectos mais proeminentes que se fazem presentes entre a escola e a família e que podem exercer papel importante na evolução da aprendizagem formal e informal da criança é concludente.

No tocante ao processo de aprendizagem, o aluno deve ser conhecido e entendido como um todo, para desta forma ter ações metodológicas que apreciem suas capacidades. Onde todas as ambigüidades de atribuição de sentido de uma série de manifestações conscientes e inconscientes se fazem presentes, interrogando assim o pessoal, o familiar atual e passado, o sociocultural e o educacional. A forma mais aceitável de diagnosticar como o aluno se sente como aprendiz é vivenciando cada conquista, cada tropeço, identificando causas e responsáveis.

No tocante aos fatores que dependem a aprendizagem, Scoz (1996),⁶ se posiciona dizendo que

- a aprendizagem - depende da articulação de fatores internos e externos ao sujeito. Os internos referem-se ao funcionamento do corpo como um instrumento responsável pelos automatismos, coordenações e articulações;
- do organismo - a infra-estrutura que leva o indivíduo a registrar, gravar, reconhecer tudo que o cerca através dos sistemas sensoriais, permitindo regular o funcionamento total;
- do desejo - entendido como o que se refere às estruturas inconscientes, representa o motor da aprendizagem e deve ser trabalhada a partir da relação que com ela estabelece;
- das estruturas cognitivas - representando aquilo que está na base da inteligência, considerando-se os níveis de pensamento propostos por Piaget, da dinâmica do comportamento, que diz respeito à realidade que o cerca.

Os fatores externos são aqueles que dependem das condições do meio que circunda o indivíduo, sendo, portanto, os responsáveis por gerar grande parte das condições necessárias para o aluno aprender. A escola tem dificuldades em trabalhar com a diversidade de elementos que a realidade produz em cada indivíduo. Pensando assim o fracasso escolar poderia ser solucionado com intervenções pedagógicas adequadas para cada realidade. A dificuldade se encontra na diversidade de realidades e na vagarosidade do sistema de educação em seguir as mutações sociais. (SCOZ, 1996.p 29 e 30).

⁶ SCOZ, Beatriz. Psicopedagogia e Realidade Escolar, O Problema Escolar e de Aprendizagem. 3ª ed. , Petrópolis, Vozes, 1996

3. APRENDIZAGEM X FRACASSO ESCOLAR

Ao falarmos de fracasso escolar, além de tentarmos analisar os fatores que contribuem para seu surgimento, é necessário conceituar aquilo que viria a ser seu oposto: a aprendizagem.

Já mencionamos que a aprendizagem é um processo vincular, ou seja, que se dá no vínculo entre ensinante e aprendente ocorre, portanto *entre* subjetividades. Para aprender, o ser humano coloca em jogo seu organismo herdado, seu corpo e sua inteligência construídos em interação e a dimensão inconsciente. A aprendizagem tem um caráter subjetivo, pois o aprender implica em desejo que deve ser reconhecido pelo aprendente. O desejar é o terreno onde se nutre a aprendizagem. (FERNÁNDEZ, 2001 p. 47).

Aprender passa pela observação do objeto, pela ação sobre ele, pelo desejo. A aprendizagem é a articulação entre saber, conhecimento e informação. Esta última é o conhecimento objetivado que pode ser transmitido, o conhecimento é o resultado de uma construção do sujeito na interação com os objetos e o saber é a apropriação desses conhecimentos pelo sujeito de forma particular, própria dele, pois implica no inconsciente. A partir disso, podemos definir aprendizagem como uma construção singular que o sujeito vai fazendo a partir de seu saber e assim ele vai transformando as informações em conhecimento, deixando sua marca como autor e vivenciando a alegria que acompanha a aprendizagem.

Este processo se difere bastante do fracasso escolar que pode evidenciar uma falha nesta relação vincular ensinante - aprendente. Alicia Fernández diferencia fracasso escolar, problema de aprendizagem e deficiência mental. Para ela no fracasso *escolar* “a criança não tem um problema de aprendizagem, mas eu, como docente, tenho um problema de ensinagem com ele”. (FERNANDEZ, 1994). O problema de aprendizagem

pode ser um sintoma de outros conflitos ou ainda uma inibição cognitiva, e a deficiência mental tem incidência pequena na população.

3.1 CULTURA E EDUCAÇÃO – DIVERSIDADE

Entendemos que a discussão de agora não é a escola como produtora de fracasso escolar ou como fracassada em promover uma educação igualitária para todos sem distinção de raça/cor, etnia, gênero, orientação sexual, classe social, deficiência, ou qualquer diferença que seu usuário apresente. O que está em jogo, para nós, é a construção de uma educação, de uma pedagogia que contemple a diversidade humana, com cultura, modos de ser, sentir e agir diferenciados. Uma educação, uma pedagogia, uma escola visceralmente comprometida com a vida, com o prazer, com a felicidade, com o respeito às diferenças, com a transformação, com a alteridade.

O que está em jogo é uma educação que rompa com a clássica história do patinho feio (para dizer de forma mais leve), com o perverso processo de transformação de cisnes em patinhos feios. Uma que seja capaz de, não só com a razão, mas com o coração, com todos os sentidos e todo o corpo, permitir a existência e promover patos, cisnes, gansos, galos, galinhas, e que esses se conheçam, se respeitem, se preservem, dialoguem, se mesquem, se hibridizem, sem, contudo, deixarem de ser eles mesmos.

Segundo assevera Pain (1992)⁷

⁷ PAIN, Sara. Diagnóstico e Tratamento dos problemas de aprendizagem. Porto Alegre, Artes Médicas, 1985

A função da educação pode ser alienante ou libertadora, dependendo de como for usada, quer dizer, a educação como tal não é culpada de uma coisa ou de outra, mas a forma como se instrumente esta educação pode ter efeito alienante ou libertador. (PAIN 1992 p.12)

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se pode ver, a literatura existente sobre o fracasso escolar aponta que, se por um lado, há aspectos externos à escola que interferem na vida escolar, há por outro, aspectos internos da escola que também interferem no processo sócio-educacional da criança, e quer direta ou indiretamente, acabam excluindo a criança da escola, seja pela evasão, seja pela repetência.

Para CHARLOT (2000), não existe o fracasso escolar, ou seja, não existe o objeto fracasso escolar, mas sim, alunos em situações de fracasso, alunos que não conseguem aprender o que se quer que eles aprendam, que não constroem certos conhecimentos ou competências, que naufragam e reagem com condutas de retração, desordem e agressão, enfim, histórias escolares não bem sucedidas, e são essas situações e essas histórias denominadas pelos educadores e pela mídia de fracasso escolar é que devem ser estudadas, analisadas, e não algum objeto misterioso, ou algum vírus resistente, chamado fracasso escolar.

REFERÊNCIAS

- LIVROS

ARROYO, M. Revendo os vínculos entre trabalho e educação: elementos materiais da formação humana. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991

BRANDÃO, Zaia *et al.* O estado da arte da pesquisa sobre evasão e repetência no ensino de 1º grau no Brasil. In Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, v. 64, nº 147, maio/agosto 1983

CHARLOT, Bernard. Da Relação com o Saber, Elementos para uma Teoria, Porto Alegre, Artmed, 2000

DORNELES, Beatriz Vargas. As várias faces do caleidoscópio: anotações sobre o fracasso escolar – Pátio Revista Pedagógica. Porto Alegre. Novembro. 1999.

FERNÁNDEZ, Alicia. A mulher escondida na professora: uma leitura psicopedagógica do ser mulher, da corporeidade e da aprendizagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994

_____. O saber em jogo. Porto Alegre: Artmed, 2001.

FINI, Lucila D. Tolaine. Rendimento Escolar e Psicopedagogia. In: SISTO, Fermino F. e outros (org). Atuação Psicopedagógica e Aprendizagem Escolar. Petrópolis, Vozes, 1996.

FOUCAMBERT, Jean. A leitura em questão. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994

FREITAG, Bárbara. Escola, Estado e Sociedade. 4ª ed., São Paulo: Moraes, 1980

GOMES, Candido Alberto. A Educação em Perspectiva Sociológica. 3ª ed., São Paulo: EPU, 1994.

MANNONI, Maud. A criança retardada e a mãe. São Paulo: Martins Fontes, 1999

MEKSENAS, Paulo. Sociologia da Educação: Uma introdução ao estudo da escola no processo de transformação social. 2ª ed., São Paulo: Cortez, 1998

PAIN, Sara. Diagnóstico e Tratamento dos problemas de aprendizagem. Porto Alegre, Artes Médicas, 1985

PRRENOUD, Phippe. Pedagogia diferenciada: das intenções a ação. Porto Alegre: Artmed. 2000

SCOZ, Beatriz. Psicopedagogia e Realidade Escolar, O Problema Escolar e de Aprendizagem. 3ª ed. , Petrópolis, Vozes, 1996

SILVA, Ezequiel Theodoro da. O ato de ler – fundamentos psicológicos para uma pedagogia da leitura. São Paulo, Cortez editora: autores associados, 1987.

SOARES, Magda. Linguagem e Escola. Uma perspectiva social. 15ª ed., São Paulo: Ática, 1997.

SOMACAL, Cláudia. Caderno Temático da Constituinte Escolar, Secretaria de Estado da Educação, RS, Porto Alegre, 2000.

ZILBERMAN, Regina. A literatura infantil na escola. 5ª ed. São Paulo, Global, 1995.

- SITES

<http://www.moderna.com.br/moderna/didaticos/ef2/artigos>

www.anj.org.br/.../pesquisa-da-fgv-mostra-causas-da-evasao-escolar-no-pais

www.infoescola.com

www.webartigos.com/...evasao-escolar



escola de **gestores**
da educação básica

ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ AMÉRICO DE LACERDA”

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO
EDUCAÇÃO INFANTIL – ENSINO FUNDAMENTAL**

**ELENIR RAIMUNDO DE CAMARGOS CAETANO
ELIANA MARIA DOS SANTOS
IVANDILSON CARNEIRO DOS SANTOS
VÂNIA CABRAL SILVA BRANDÃO**

BELO HORIZONTE, 2010



ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ AMÉRICO DE LACERDA”

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO
EDUCAÇÃO INFANTIL – ENSINO FUNDAMENTAL**

Trabalho acadêmico apresentado a disciplina Projeto Vivencial da Escola de Gestores da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) como requisito parcial para a Conclusão do Curso de Especialização em Gestão Escolar sob a orientação da Professora M^a Elaine Kendall Santana Silva.

BELO HORIZONTE, 2010

Escola é... o lugar onde se faz amigos, não se trata só de prédios, salas, quadros, programas, horários, conceitos... Escola é, sobretudo gente, gente que trabalha, que estuda, que se alegra, que se conhece, se estima. O Diretor é gente, o Coordenador é gente, o professor é gente, o aluno é gente, cada funcionário é gente. E a escola será cada vez melhor na medida em que cada um se comporte como colega, amigo, irmão. Nada de ilha cercada de gente por todos os lados. Nada de conviver com as pessoas e depois descobrir que não tem amizade a ninguém. Nada de ser como o tijolo que forma parede, indiferente, frio, só. Importante na escola não é só estudar, não é só trabalhar. É também criar laços de amizade, é criar ambiente de camaradagem, é conviver, é se "amarrar nela"! Ora, é lógico... Numa escola assim vai ser fácil estudar, trabalhar, crescer, fazer amigos, educar-se, ser feliz!!!

Paulo Freire

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	4
2	FINALIDADES DA ESCOLA	6
3	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	8
4	CURRÍCULO	10
5	TEMPO ESCOLAR	13
6	PROCESSO DE DECISÃO	15
7	RELAÇÕES DE TRABALHO	18
8	AVALIAÇÃO	19
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	22

1 INTRODUÇÃO

O planejamento das atividades escolares é uma necessidade imperiosa, tendo em vista atingir os resultados da ação educacional previstos na legislação em vigor e especificamente, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN n. 9394/96). Dessa maneira, as atividades escolares devem ser objeto de reflexão por parte do coletivo da escola, incluída a comunidade e os próprios alunos. Dessa reflexão surgirão os caminhos a serem trilhados na ação educacional, materializados no Projeto Político Pedagógico (PPP), sendo este elaborado para um período de consecução mais amplo, incluindo todos os dados e informações, diretrizes e normas de trabalho pedagógico e administrativo.

O PPP deve ser entendido como um processo de mudança e antecipação do futuro, estabelecendo princípios, diretrizes e propostas de ação para melhor organizar as atividades desenvolvidas pela escola como um todo.

Muitos dos problemas que enfrentamos na atualidade são objetos de estudos na sociedade atual e muitos deles vividos no cotidiano da escola, como instituição formadora, não tem como desvincular-se destas questões, sendo imprescindível a participação da comunidade escolar na construção do PPP, o qual se constitui como a alma da escola.

Um dos desafios a ser enfrentado pela escola moderna diz respeito às mudanças proporcionadas na sociedade pelos constantes avanços tecnológicos, as quais têm contribuído para uma rapidez de informações e exige uma maior preparação frente a estes desafios, exigindo uma maior capacidade de iniciativa e uma melhor formação da população. Aspectos que são tidos como comuns no mundo atual, como o pluralismo político, a multiculturalidade, a intolerância nas relações inter e intrapessoais, as diferenças de classe e de oportunidades, o combate a toda forma de preconceito e exclusão e a necessidade de inclusão social, o que exige maior autonomia, novas formas de participação social e um novo modelo de formação educacional.

O PPP aqui proposto está fundamentado em uma metodologia participativa, priorizando os seguintes aspectos: aprendizagem significativa, o interesse pelas múltiplas dimensões do saber, a importância da aprendizagem para vida e sua

aplicabilidade no seu dia a dia e no respeito à diversidade cultural, que é característica de nossa cidade.

A Escola Municipal “José Américo de Lacerda” é uma instituição educacional localizada na Rua Coronel Pacifico Pinto, número mil quinhentos e cinquenta no Bairro Santa Luzia, Telefone 37-3226-4511, e-mail: emjoseamerico@hotmail.com., município de Nova Serrana, Minas Gerais, pertencendo ao Sistema Estadual de Educação de Minas Gerais, vinculado a 12ª Superintendência Regional de Ensino de Divinópolis e se organiza a partir de orientações da Prefeitura Municipal de Educação da cidade de Nova Serrana.

Sua clientela é formada por estudantes da Educação Infantil ao Ensino Fundamental, do Ciclo de Alfabetização até o Ciclo Complementar (anos iniciais), e do sexto ao nono ano (anos finais) e estudantes do Projeto de Acelerar para Vencer II (PAV) trabalhando sempre dentro dos princípios básicos da LDBEN.

Atualmente a escola atende a mil, cento e quarenta e sete alunos, sendo setenta e sete alunos da Educação Infantil e quatrocentos e quarenta e oito do primeiro ao quinto ano, trezentos do sexto ao nono ano e duzentos e vinte dois alunos de PAV II, constando em sua equipe 102 funcionários. Sendo um gestor, três vices, três pedagogos, uma psicopedagoga, uma secretária, cinquenta e dois professores, cinco auxiliares de secretaria, dois auxiliares de biblioteca, dois professores recuperadores, três professores eventuais, um monitor, um porteiro, dois vigias, vinte e três auxiliares de serviços gerais, dois professores de informática,

A escola possui quinze anos de funcionamento atendendo a uma clientela na sua maioria de baixa renda, filhos de migrantes operários das fábricas do setor calçadista, residentes nos Bairros: São Geraldo, Santa Luzia, Santana, André Freitas, Laranjeiras, São José e adjacentes. O prédio é próprio tendo como cartão de visita Palmeiras que enobrece sua entrada e encontra-se em bom estado de conservação. Sua infraestrutura é dividida em três blocos, possuindo quinze salas de aulas, uma biblioteca ampla, atraente e aconchegante, um laboratório de informática equipada com computadores modernos conectados à internet e com ar condicionado, sala de multimídia com cadeiras estofadas para melhor conforto para nossos alunos e professores, sala multifuncional para atender aos alunos com necessidades especiais e defasagem de aprendizagem, sala para pedagogas, secretaria escolar, cantina, almoxarifado para material de limpeza, almoxarifado de alimentos, nove sanitários com acessibilidade, escovódromo, sala de direção, sala

de professores, quadra coberta, quadra de areia, três quiosques, play ground, pátio com banquinhos de madeira, sala de acervo bibliográfico, três salas de aula em anexos do Serviço Social da Indústria (SESI).

2 FINALIDADES DA ESCOLA

A filosofia da Escola Municipal “José Américo de Lacerda” está em sintonia com a Constituição Federal e a LDBN (Lei n. 9394/96) - as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental e para a Educação das Relações Étnico-Raciais e também o Estatuto da Criança e do Adolescente bem como atender às demais normas aplicáveis, vigentes e supervenientes de nível Federal, Estadual e Municipal.

A escola procura preparar o aluno para o exercício democrático, de modo a receber uma educação de qualidade, onde a cidadania é um exercício de todos com direitos e deveres, ficando isentos de discriminações que possam no futuro marcar sua trajetória escolar, e ainda onde todos possam exercer o direito de “ser”, “aprender” e “conviver”.

O Projeto Político Pedagógico da escola possibilita introduzir mudanças planejadas e compartilhadas. Essas mudanças pressupõem, de um lado, ruptura com uma cultura de provação e com uma educação elitista e, de outro lado, compromisso com a aprendizagem do aluno e com uma educação de qualidade para todos os cidadãos (MINAS GERAIS, CEE, 1997, p. 2).

O PPP da escola investe na autonomia, que consiste em garantir à mesma a construção de uma identidade própria, levando em consideração as suas especificidades e as diferenças regionais que norteiam nossa comunidade, e na gestão democrática, para maior participação da comunidade escolar na tomada de decisões com o objetivo de elevar o desempenho acadêmico dos discentes.

A escola oferece profissionais competentes e capacitados, bem como condições físicas e pedagógicas para atender às necessidades dos alunos, proporcionando uma educação de qualidade a médio e longo prazo, respeitando a diversidade e valorizando as experiências do educando.

A clientela atendida na sua maioria recebe pouca assistência familiar, uma vez que os pais trabalham para manter o orçamento doméstico, não dispendo em casa de acesso ao material de leitura e escrita, ficando a escola responsável por suprir esta necessidade e estimular os alunos para a alfabetização, letramento, cálculo e ainda a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade.

Entendemos que a visão defendida pela nossa instituição está em torno da formação de nossos alunos em indivíduos conscientes, mais participativos socialmente, críticos, transformadores de novas realidades, ajudando a construir um mundo mais justo e igualitário.

Enfim, nosso PPP visa acima de tudo um desempenho satisfatório do aluno, promovendo um ambiente agradável e acolhedor para que ele possa desenvolver suas capacidades intelectuais, gerando um processo de inclusão e socialização, respeitando as diferenças individuais de cada um.

3 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A escola é o ponto de encontro dos vários profissionais envolvidos na ação educativa. A LDB define no seu artigo 2º, que “a educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade nos ideais de solidariedade humana, tempo finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Portanto, para cumprir sua função, a escola precisa ter como foco um ensino e uma aprendizagem que levem o aluno a aprender a aprender, a aprender a pensar, a saber construir a sua própria linguagem e a se comunicar, a usar a informação e o conhecimento para ser capaz de viver e conviver num mundo em transformação. Para isso, é preciso que a formação e a atuação do educador seja necessariamente direcionada por um novo paradigma da educação.

A Escola Municipal “José Américo de Lacerda” se organiza a partir de orientações da Prefeitura Municipal de Educação da cidade de Nova Serrana e possui a seguinte estrutura organizacional:

Administrativa: assegura a locação e a gestão de recursos humanos físicos e financeiros.

A Equipe Administrativa desta escola é formada por um gestor escolar e três vices, sendo um em cada turno e o secretário escolar.

Pedagógica: organiza as funções educativas, para que a escola atinja de forma eficiente e eficaz as suas finalidades. Refere-se fundamentalmente às questões de ensino, aprendizagem e currículo.

A Equipe Pedagógica da escola é composta por três pedagogos, sendo um em cada turno, um psicopedagogo, dois auxiliares de biblioteca e cinquenta e oito professores.

Apoio administrativo: refere-se aos profissionais e atividades que participam da escola e cujo vínculo empregatício pertence a outras secretarias municipais, mas que trabalham diretamente com nossos alunos e professores.

O apoio administrativo da Escola Municipal “José Américo de Lacerda” é constituído por cinco auxiliares de educação, um monitor, vinte e três auxiliares de serviços gerais, um porteiro e dois vigias.

Consequentemente a estrutura organizacional desta escola atende as reais necessidades da comunidade que é inserção do homem no caminho da cidadania.

4 CURRÍCULO

O currículo é uma construção social do conhecimento e pressupõe a sistematização dos meios para que esta construção se efetive; a transmissão dos conhecimentos historicamente produzidos e as formas de assimilá-lo – produção transmissão e assimilação são processos que compõem uma metodologia de construção coletiva do conhecimento escolar. Ele é historicamente situado e culturalmente determinado.

De acordo com o Guia do Diretor Escolar (2006, p. 19) elaborado pela Secretaria de Estado da Educação (SEE), o currículo consiste em:

Um conjunto de ações que cooperam para a formação humana. Nesse sentido, falar de currículo é falar de uma perspectiva de mundo, de sociedade e de ser humano. O currículo preside as atividades educativas escolares, define suas intenções e proporciona subsídios para a execução de ações. Porém, questões como o que ensinar, quando ensinar, como ensinar e como avaliar devem estar presentes.

Para alcançar seus objetivos, o currículo deve refletir a concepção de educando e de sociedade que se quer formar a forma de organização do trabalho na escola, a postura dos educadores, a organização dos conteúdos e a metodologia de trabalho cumprindo os preceitos legais, do art. 26 da LDBEN. Além do Núcleo Comum mantêm em sua Parte Diversificada disciplinas que atendem aos interesses do município e da região.

Os conteúdos curriculares seguem as orientações dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), na Resolução SEE n. 1086/2008 para os anos iniciais e no Conteúdo Básico Comum (CBC) para os anos finais.

O currículo da escola é constituído por três grades para atender as modalidades de ensino oferecidas, são elas:

Na Educação Infantil a duração do módulo-aula é de sessenta minutos; os dias letivos anuais são duzentos; as semanas anuais são quarenta; os números de dias semanais, cinco dias; com carga horária anual de oitocentos e cinquenta horas; tendo o recreio duração de quinze minutos, sendo a duração do turno de quatro horas e quinze minutos.

O eixo de trabalho na Educação Infantil busca a formação pessoal e social e conhecimento de mundo através da Identidade e Autonomia, Movimento, Música,

Artes Visuais, Linguagem Oral e Escrita, Natureza e Sociedade (a Educação ambiental será integrada e contínua como prática educativa permanente neste conteúdo), Matemática.

No Ensino Fundamental, do primeiro ao quinto ano a duração do módulo-aula é de quarenta e oito minutos e cinquenta minutos do sexto ao nono ano; os dias letivos são (duzentos); quarenta semanas letivas, cinco dias letivos; a carga horária anual do primeiro ao quinto ano é de oitocentas horas, do sexto ao nono ano de oitocentas e trinta e três horas e vinte minutos; tendo o recreio duração de quinze minutos, sendo a duração do turno do sexto ao nono ano de quatro horas e vinte cinco minutos e do primeiro ao quinto ano de quatro horas e quinze minutos.

As áreas de conhecimento dos componentes curriculares são divididas em Base Nacional Comum e a Parte Diversificada.

Na Base Nacional Comum do Ciclo de Alfabetização (primeiro ano) temos Língua Portuguesa e Matemática com cinco aulas semanais, Ciências, Geografia, História e Educação Física com duas aulas semanais, Ensino Religioso e Artes com uma aula semanal; na parte diversificada música e psicomotricidade têm duas aulas semanais, e natureza e sociedade uma aula semanal.

No Ciclo de Alfabetização (segundo e terceiro ano), na Base Nacional Comum, temos Língua Portuguesa e Matemática com seis aulas semanais, Ciências, Geografia, História com três aulas semanais, Educação Física duas aulas semanais, Ensino Religioso e Artes com uma aula semanal.

No Ciclo Complementar (quarto e quinto ano) na Base Nacional Comum, temos Língua Portuguesa com seis aulas semanais, Matemática com cinco aulas semanais, Ciências, Geografia, História com três aulas semanais, Educação Física duas aulas semanais, Ensino Religioso e Artes com uma aula semanal; na parte diversificada Inglês uma aula semanal.

Nos anos finais (sexto e sétimo ano) na Base Nacional Comum, temos Língua Portuguesa e Matemática com cinco aulas semanais, Ciências com quatro aulas semanais, Geografia, História com três aulas semanais, Educação Física duas aulas semanais, Ensino Religioso com uma aula semanal; na parte diversificada Inglês duas aulas semanais.

Nos anos finais (oitavo e nono ano) na Base Nacional Comum, temos Língua Portuguesa e Matemática com cinco aulas semanais, Ciências, Geografia, História

com três aulas semanais, Educação Física duas aulas semanais, Ensino Religioso com uma aula semanal; na parte diversificada Inglês duas aulas semanais.

No PAV, a duração do módulo-aula é de cinquenta minutos; os dias Letivos são (duzentos); quarenta semanas letivas, cinco dias letivos; a carga horária anual ano é de oitocentas e trinta e três horas e vinte minutos; tendo o recreio duração de quinze minutos, sendo a duração do turno de quatro horas e vinte e cinco minutos.

As áreas de conhecimento dos componentes curriculares do PAV também são divididos em Base Nacional Comum e a Parte Diversificada.

No PAV, primeiro período (sexto e sétimo ano), na Base Nacional Comum, temos Língua Portuguesa e Matemática com sete aulas semanais, Ciências três aulas semanais, Geografia, História e Educação Física com duas aulas semanais, Ensino Religioso e Artes com uma aula semanal.

No PAV, segundo período (oitavo e nono ano), na Base Nacional Comum, temos Língua Portuguesa com sete aulas semanais, Matemática seis aulas semanais, Ciências, Geografia, História e Educação Física com duas aulas semanais, Ensino Religioso e Artes com uma aula semanal; e na parte diversificada Inglês duas aulas semanais.

Sendo assim o currículo objetiva tornar a escola um ambiente igualitário onde às diferenças são entendidas e valorizadas e a educação é o norte deste conceito.

5 TEMPO ESCOLAR

As relações escolares não são as únicas que permitem aos alunos a construção do conhecimento do mundo. No entanto, a escola é um lugar privilegiado para isso.

Para Peres (2002, p. 184) “nenhuma escola constrói o PPP sem estar verdadeiramente comprometida com a democracia sem estar fortemente ancorada no conhecimento da comunidade em que está inserida e para a qual deve sempre voltar suas ações”.

Buscando tornar o ambiente escolar mais propício à interação social e mais coerente com o desenvolvimento não linear das estruturas cognitivas, optamos por trabalhar com ciclos de formação e anos, uma vez que essa organização apresenta características interessantes relativas ao ritmo, a diversidade e a liberdade.

A organização do tempo do conhecimento escolar é marcada pela segmentação do dia letivo, e o currículo é, conseqüentemente, organizado em períodos fixos de tempo para disciplinas supostamente separadas. O ano letivo de acordo com a LDBEN é distribuído em, no mínimo, duzentos dias de efetivo trabalho escolar, numa carga horária mínima de oitocentas horas, sendo a duração diária da jornada escolar de no mínimo de quatro horas e quinze minutos para a Educação Infantil e Ciclo Inicial de Alfabetização e Ciclo Complementar de Alfabetização, e nos Anos Finais a duração é de no mínimo de quatro horas e vinte e cinco minutos, incluindo o tempo destinado ao descanso dos alunos e professores (recreio) que não ultrapassará quinze minutos⁸.

A Escola Municipal “José Américo de Lacerda” atende a três turnos, oferecendo as seguintes modalidades de ensino: Educação Infantil; Ensino Fundamental (primeiro ao nono ano)

O Ensino Fundamental, com duração de nove anos estrutura-se em cinco anos iniciais e quatro finais, implantado pela SEE/MG.

Nos anos iniciais, a organização escolar do Ensino Fundamental passa a ter dois ciclos de alfabetização:

- Ciclo Inicial de Alfabetização (primeiro, segundo e terceiro ano) com duração de três anos;

⁸ <http://www.moodle.ufba.br>

- Ciclo Complementar de Alfabetização (quarto e quinto ano) com duração de dois anos.

De acordo com o Regimento Escolar, no final de cada ciclo haverá retenção no terceiro e quinto ano. Haverá retenção do aluno que não alcançar a média mínima de pontos pretendida (sessenta por cento).

No primeiro, segundo e terceiro ano do Ciclo Inicial da Alfabetização, serão atribuídos conceitos para cada conteúdo estudado na forma regulada pelo sistema de ensino de Minas Gerais, garantida nesta etapa a progressão continuada.

No terceiro e quinto ano, assim como para o ensino do sexto ao nono ano, serão atribuídos pontos, sendo a promoção do aluno de um ano para outra condicionada a aprovação. Os alunos do sexto ao nono ano terão ministrado cinco aulas diárias, com duração de cinquenta minutos cada uma.

A organização do ensino é decorrente do reconhecimento de que os seres humanos são muito diferentes entre si e que não se desenvolvem no mesmo tempo, da mesma maneira, na mesma seqüência, de um jeito programado. A organização, assim, permite completar essas diferenças garantindo um período contínuo de trabalho ao longo do qual o aluno desenvolve as competências de cada área de acordo com o seu ritmo levando em conta a singularidade de cada indivíduo.

6 PROCESSO DE DECISÃO

Considerando a gestão democrática, princípio consagrado pela Constituição Federal (1988) e pela LDBEN que em seu art. 12 propõe um processo de articulação com a família e a comunidade no sentido de criar um processo de integração da sociedade e a escola, e a necessidade de informar aos pais e responsáveis da frequência, do rendimento dos alunos e da execução do PPP nos aspectos administrativos, pedagógicos e financeiros as decisões nesta escola são tomadas de forma coletiva e transparente.

Porém, atualmente alguns os pais tem deixado a desejar no sentido de efetiva participação na vida escolar de seus filhos.

Rompemos com a separação entre a concepção e execução, entre o pensar e o fazer, entre a teoria e a prática.

Sabemos que a participação não é palavra mágica que basta ser pensada ou proposta sem termos legais para tornar-se realidade. Deverá ser trabalhada e vivida dentro da escola e levada à comunidade. Não basta a força da lei, tem de ser entendida e aceita por todos, dentro e fora da escola.

A Escola Municipal “José Américo de Lacerda” conta os seguintes seguimentos de decisões: Conselho da Caixa Escolar; Conselho de Classe; Conselho de Avaliação de Desempenho

O Conselho da Caixa Escolar da Escola Municipal “José Américo de Lacerda” foi fundado em 17/4/1997, e tem por finalidade colaborar na assistência e formação do educando, por meio da aproximação entre pais, alunos e funcionários, promovendo a integração entre o poder público/comunidade/escola/família.

As decisões, no que se refere ao repasse e aplicabilidade das verbas recebidas, são registradas em ata e assinada por todos os membros participantes.

Constitui finalidade específica da Caixa Escolar a conjunção de esforços, a articulação de objetivos e a harmonia de procedimentos, o que caracteriza principalmente por:

- Interagir junto à escola como instrumento de transformação de ações, promovendo o bem estar da comunidade e do ponto de vista educativo, cultural e social;

- Promover a aproximação e a cooperação dos membros da comunidade pelas atividades escolares;
- Contribuir para a solução de problemas inerentes à vida escolar, preservando uma convivência harmônica entre pais ou responsáveis legais, professores, alunos e funcionários da escola;
- Cooperar na conservação dos equipamentos e prédios da unidade escolar;
- Administrar, de acordo com as normas legais que regem a atuação da caixa escolar, os recursos provenientes e subvenções, convênios, doações e arrecadações da entidade;
- Incentivar a criação do grêmio estudantil cooperativamente com o mesmo.

O Conselho de Classe constitui-se em um órgão colegiado que tem por objetivo a avaliação coletiva do processo de aprendizagem do aluno, subsidiando, dessa forma, a construção do PPP da Escola.

O Conselho de Classe tem por objetivo avaliar o desempenho de cada aluno nas atividades escolares desenvolvidas no bimestre, identificando as necessidades de cada aluno e providenciando o encaminhamento necessário. E anualmente para analisar currículos diversificados e indicar o mais adequado aos alunos e orientar o planejamento de trabalho e projetos, e por fim realizar a enturmação de alunos para o ano letivo.

Constitui-se objetivo geral do Conselho de Classe servir de fórum de discussão para a definição de:

- Objetivos a serem alcançados em cada componente curricular;
- Metodologias e estratégias de avaliação;
- Critérios de seleção de componentes curriculares;
- Projetos coletivos de ensino e atividades;
- Formas de acompanhamentos do desempenho dos alunos;
- Critérios para a apreciação do desempenho dos alunos;
- Elaboração de fichas de registros do desempenho do aluno para acompanhamento e informação aos pais;
- Formas de relacionamento com a família;
- Proposta curricular diversificada em função dos interesses e necessidades dos alunos;

- Adaptações curriculares para com necessidades educativas especiais.

O Conselho de Avaliação de Desempenho tem como finalidade a Avaliação de Desempenho dos Funcionários da escola. É formada uma comissão efetiva e suplente (para o caso de impossibilidade de participação do membro efetivo da comissão no dia da reunião). Esta comissão é formada por funcionários efetivos que já tenham passado pelo período do Estágio Probatório.

Toda vez que a Comissão de Avaliação se reunir faz-se necessário lavrar uma ata para fins de registro escolar.

A Comissão de Avaliação da Escola Municipal “José Américo de Lacerda” é composta por: um presidente – Gestor da Escola; um vice, de acordo com o turno em que trabalha; um representante da equipe pedagógica por turno; um secretário; um representante de funcionários por setor e dois representantes de professores por turno.

Sendo assim as tomadas de decisões na escola são democráticas e transparentes, pois contam com representantes dos seguimentos envolvidos com o processo ensino-aprendizagem desta instituição.

7 RELAÇÕES DE TRABALHO

Os funcionários desta escola são nomeados através da Secretaria Municipal de Educação após aprovação em Concurso Público de provas e títulos e efetivados após três anos de estágio probatório. Em alguns casos, são designados, pela escala dos concursados não nomeados.

São regidos por estatuto próprio, desvinculado da legislação trabalhista comum, Consolidação das Leis trabalhistas (CLT). A Administração Municipal rege-se por normas próprias e obedece aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade.

As relações dos profissionais da Escola Municipal “José Américo de Lacerda” são pautadas, na atitude solidária, na coletividade e principalmente no respeito mútuo.

Uma educação que possibilite uma convivência harmônica e enriquecedora entre os indivíduos pressupõe reconhecimento da diversidade. Saber que somos diferentes e que cada um tem o direito de ser diferente, único e singular, exige um aprofundamento no respeito pelo outro e na compreensão do outro. Requer que se trabalhem não apenas os espaços externos, aos ambientes de aprendizagem onde acontecem as relações, mas, sobretudo o espaço interno de cada um de nós, possibilitando o autoconhecimento e, como consequência, o reconhecimento do outro (ABREU; MOURA, 2001, p. 112).

E neste contexto surge o gestor que tem o papel de coordenador geral da escola, e deve atuar como:

- Autoridade Escolar, sendo o responsável por tudo que se passa na escola;
- Educador, participando das atividades-fins e conduzindo a vida escolar dos alunos. Deve também estar atento às consequências educativas de suas decisões e atos;
- Administrador, assumindo a liderança para atingir os objetivos propostos pela escola.

Sendo assim o papel do gestor consiste em fazer com que a instituição escolar atinja todos os seus objetivos de forma plena e harmoniosa.

8 AVALIAÇÃO

A avaliação consiste em é um processo sistemático objetivando analisar atividades ou fatos. Ao longo do processo são utilizados diversos instrumentos designados instrumentos avaliativos. Instrumentos que devem possuir objetivos claros, características e particularidades.

A avaliação também é um processo que permite uma compreensão global do objetivo e não apenas uma visão diagnóstica ou uma comparação entre objetivos, metas e resultados.

Avaliar consiste em compreender a realidade das atividades ou fatos que estão sendo avaliados e assim aperfeiçoá-los. Os resultados da avaliação devem conter os elementos para o aperfeiçoamento ou a revisão das atividades da escola ou do sistema educacional.

Na Escola Municipal “José Américo de Lacerda” é avaliado os seguintes segmentos: alunos e profissionais. A instituição é avaliada através de questionários respondidos pelos funcionários, pais, alunos e outros sujeitos envolvidos diretamente com a atividade da escola.

Também acontecem as avaliações externas que é um sistema utilizado pelo Governo Federal e de Minas Gerais para medir o grau de desenvolvimento e aprendizado dos estudantes matriculados nas Escolas Públicas do Estado (estaduais e municipais), que são: Provinha Brasil, Prova Brasil, Programa de Avaliação da Educação Básica (PROEB), Programa de Avaliação da Alfabetização (PROALFA).

Para ser inovador, o projeto político-pedagógico deve estabelecer condições propícias de reflexão crítica da própria organização de trabalho pedagógico da escola como um todo.

O PPP, ao propiciar a estruturação de novas formas de organização de trabalho, enfatiza o fortalecimento da equipe escolar, a gestão democrática, alicerçada na decisão coletiva e na co-responsabilidade do grupo. Por isto, é imprescindível que a gestão democrática ocorra de forma colegiada, através do Conselho da Caixa Escolar com funções consultiva e deliberativa nas questões pedagógico-administrativo-financeira.

A avaliação do PPP é relevante na escola, pois ele está em contínuo processo de construção, não é estático e seu desenvolvimento abrange todos os seguimentos da intuição. Portanto sua avaliação se faz nas várias ações desenvolvidas no interior da escola, e esta avaliação são colocadas como mediadora no crescimento da comunidade escolar. Esta avaliação, portanto é feita através de observações contínuas do progresso da instituição pelos pedagogos e semestralmente através de análise do rendimento dos alunos.

Semestralmente ocorre a avaliação de desempenho do profissional através da auto avaliação e avaliação da comissão de avaliação, formada através de votos de todos os seguimentos da instituição.

Na Escola Municipal “José Américo de Lacerda” as avaliações escolares ocorrem durante todo o ano letivo e o aluno é avaliado através de recursos variados: observações, trabalho em equipe e individuais, pesquisas, provas, estudos dirigidos, experimentos, etc.

No conceito emitido por Sant'anna (1995, p. 7),

a avaliação escolar é o termômetro que permite avaliar o estado em que se encontram os elementos envolvidos no contexto. Ela tem um papel altamente significativo na educação, tanto que nos arriscamos a dizer que a avaliação é alma do processo educacional.

O professor deve fazer um trabalho de recuperação concomitantemente ao processo educativo, para garantir ao aluno a superação de dificuldades no seu percurso escolar e ao final do ano letivo com aulas ministradas pelo próprio professor.

A avaliação é contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

A avaliação também é formativa; pois são atribuídas notas, sendo cem o número de pontos cumulativos que cada aluno pode conseguir durante o ano letivo, em cada conteúdo.

Os cem pontos atribuídos são registrados da seguinte forma: no primeiro bimestre: vinte pontos; segundo e terceiro bimestre: vinte e cinco pontos e no quarto bimestre: trinta pontos.

Considera-se aprovado, o aluno que alcançar freqüência mínima de setenta e cinco por cento e aproveitamento mínimo de sessenta pontos cumulados em cada conteúdo curricular.

O aluno que estiver na escola no dia em que houver prova e se recusar a fazê-la, não terá o direito à recuperação.

Os resultados das avaliações são pontos de partida para análise e recuperação. Recuperação esta que se dá continuamente ao longo do ano letivo em que o aluno está recuperando o conhecimento perdido e paralelamente sua nota.

Tem o direito a recuperação o aluno que não obtiver o aproveitamento mínimo de sessenta por cento no conteúdo e, ela será feita logo após encerrar as avaliações do bimestre.

É adotada a progressão parcial nos quatro anos finais do Ensino Fundamental onde será beneficiado o aluno que não apresentar o desempenho mínimo em até duas disciplinas.

Fica retido no ano em curso o aluno que não apresenta o desempenho mínimo em três ou mais disciplinas, incluindo-se nesse cômputo as disciplinas do ano em que se encontra e aquelas em regime de progressão parcial.

No último ano do Ensino Fundamental, se o aluno não apresentar o desempenho mínimo em todas as disciplinas, ele fica retido.

O professor organiza atividades especificamente programadas para o atendimento de alunos ou grupos que demonstrem dificuldades ao longo o processo de aprendizagem.

Quanto à transferência, o aproveitamento de estudos é avaliado pelos profissionais da escola, inclusive quando se trata de transferência entre estabelecimentos, classificando o aluno de acordo com suas competências, habilidades, idade, série e ou ciclo.

A classificação dá-se em qualquer ano ou etapa, exceto a primeira do Ensino fundamental da seguinte forma: por progressão continuada para alunos que estiverem em curso na escola; por transferência, para candidatos procedentes de outras escolas, considerando os componentes da base nacional comum; independente da escolarização anterior mediante avaliação feita pela escola, que defina o grau de desenvolvimento e experiência do candidato e permita sua inscrição no ano ou etapa adequada.

Para tal é convocado o Conselho de Classe que elabora e corrige as avaliações e decide pelo ajustamento do candidato ao ano.

A aplicação das provas, elaboração das atas e encaminhamento dos resultados à secretaria fica a cargo da Equipe Pedagógica.

A Equipe Pedagógica ainda organiza um banco de provas, de todos os anos e conteúdos, para facilitar a classificação dos alunos que dela necessitam.

A reclassificação pode acontecer: quando se trata de transferência entre estabelecimento do país e do exterior, independente de escolarização anterior.

Considera-se evadido o aluno faltoso por mais de cinquenta dias letivos consecutivos; para aluno com frequência inferior a setenta e cinco por cento após o término de cada ciclo ou ano.

A decisão da reclassificação é decorrente da manifestação de uma comissão presidida pelo gestor da escola, com a participação de representantes docentes do nível no qual o aluno será classificado (Ensino Fundamental), bem como dos profissionais responsáveis pela coordenação e/ou supervisão das atividades pedagógicas.

Os documentos que fundamentam a classificação ou reclassificação de cada aluno são encaminhados pela Equipe Pedagógica à secretaria que ficará encarregada de fazer o seu arquivo na pasta individual do aluno na escola.

O aluno com frequência igual ou superior a setenta e cinco por cento, e com aproveitamento abaixo da média nos conteúdos, tem direito a uma prova final de reclassificação.

O rendimento escolar é divulgado através de reuniões bimestrais, com a presença dos pais e educadores. Caso o aluno não tenha um rendimento escolar satisfatório ou condizente com ano/turma, os pais são chamados em qualquer época e é exposta a situação do mesmo. As reuniões são marcadas dentro do horário disponível dos pais.

As reuniões pedagógicas acontecem de acordo com a disponibilidade dos profissionais, muitos não residem no município, os professores da Educação Infantil ao quinto ano se reúnem uma vez por semana na segunda feira uma hora e meia e os professores do sexto ao nono ano se reunindo uma vez por mês, no terceiro sábado, totalizando seis horas mensais .

Nas reuniões pedagógicas são discutidos os conteúdos programáticos, inserindo-os na realidade. São discutidos metodologias e materiais didáticos que dêem novo dinamismo ao ensino-aprendizagem. Nessas reuniões também são discutidos assuntos de ordem administrativa.

Portanto, a escola procura através da avaliação promover o desenvolvimento do educando e incentivá-lo a avançar e procurar formas de transformar o meio em que vive.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto político-pedagógico consistiu um norte para a escola, a direção que ela vai tomar para atingir seus objetivos. É um momento de reflexão onde todo o coletivo da escola vai decidir os rumos que ela vai tomar.

Sendo assim, podemos dizer que coletivamente através de reflexões e estudos a escola constrói sua identidade de forma a atingir seu principal objetivo que é a formação do cidadão participativo, responsável, comprometido, crítico e criativo.

O projeto político-pedagógico é o fruto da interação entre os objetivos e prioridades estabelecidas pela coletividade, que estabelece, através da reflexão, as ações necessárias à construção de uma nova realidade.

E para que estes objetivos sejam atingidos a avaliação deve sempre estar presente, pois só saberemos os rumos a tomar se existir uma avaliação contínua do trabalho de todos envolvidos no processo ensino aprendizagem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, M. V. de.; MOURA, E. (orgs). Progestão: como desenvolver a gestão dos servidores na escola? Módulo VIII. Brasília, Conselho Nacional de Secretários de Educação, 2001.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da Republica Federativa do Brasil, 1988. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Ministério de Educação e do Desporto, 1996.

GRUPO EXPERIMENTAL NOVA ERA. Estrutura e elementos do PPP: estrutura organizacional, módulo II. *Online*. Disponível em: <http://www.moodle.ufba.br>. Acesso em 28. jun. 2010.

MINAS GERAIS. Conselho Estadual de Educação. Parecer CEE/MG n. 1132/97. Dispõe sobre a educação básica, nos termos da Lei n. 9394/96. *online*. Disponível em: www.sinepe-mg.org.br/downloads_restrito.php?arquivo. Acesso em: 26. jun. 2010.

_____. Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. Guia do diretor escolar SEE – MG: instrumento didático destinado a orientação e suporte do trabalho do diretor escolar. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, 2006.

PERES, E. T. Dimensão institucional e projeto político- pedagógico da escola. In: SALGADO, M. C. U.; Miranda, G. W. de (orgs.). Veredas – Formação Superior de professores: módulo 4 – v. 2, 3 e 4/SEE – MG, Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, 2002.

SANT'ANNA, I. M. Porque avaliar? Como avaliar? Critérios e instrumentos. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.